

RESGATE DO PROCESSO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO – PB¹

Giulia Carolina de Melo²
Vilma de Lurdes Barbosa³

Essa bendita barragem/Que tanta riqueza traz
Só abastecer Campina/Já é grandeza demais
Esse açude na verdade,/Fez Boqueirão cidade
Há quarenta anos atrás
(Severino Amaro Guimarães)

Em 11 de janeiro de 1957 era inaugurada a primeira adutora da barragem Epitácio Pessoa em uma grande comemoração que contou com a presença do então Presidente da República Juscelino Kubitschek. As obras para a construção da barragem tiveram início em 1951, co-ordenadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. A principal área afetada pela construção foi o território do município de Cabaceiras, incluindo a sede do município e alguns distritos.

O início das obras provocou grandes mudanças na localidade. A região, que até então não merecera grande atenção na mídia, passa a ser notícia recorrente no periódico de maior circulação no Estado: trata-se do jornal A União do Estado da Paraíba. Notícias diárias tratam dos preparativos para a grande obra, a chegadas das máquinas e de homens importantes da política. Os braços que ajudariam a construir e a suportar os muros da barragem são visíveis poucas vezes, e aparecem em forma de números. O impacto da obra na configuração da paisagem e na organização das pessoas que ali viviam é igualmente omitido.

Mas sabemos que as mudanças foram profundas o suficiente para obrigar o deslocamento de inúmeras pessoas por causa das inundações e a instalação de parte desse contingente em localidades próximas, que como conseqüência, passaram por um período de rápido crescimento demográfico.

O represamento das águas do rio Paraíba próximo a serra de Carnoió é justificado pelos seus fins: possibilitar meios para a reabilitação do homem do interior

¹ Artigo com resultado parcial do projeto PIVIC - *Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos* desenvolvido na linha de pesquisa Ensino de História e Saberes Históricos PPGH/UFPB

² Aluna do curso de Graduação em História da UFPB. É pesquisadora PIVIC 2009/2010 do “Projeto Resgate do Processo Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos”, vinculado ao PPGH-UFPB na linha de pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”.

³ Orientadora PIVIC. Professora Doutora do DME/CE e do PPGH - UFPB

paraibano, assolado por crises motivadas pelas estiagens periódicas. Mas também consiste “(...) em fator preponderante na solução de dois problemas inadiáveis para a progressista cidade de Campina Grande, que são o de água e o de energia, de que se vêem ressentimento”⁴. Há aí dois importantes elementos que serão considerados mais adiante.

Assim tiveram início os trabalhos para a construção do açude de Boqueirão, como ficou conhecida a obra. Até esse momento da pesquisa não conseguimos refazer o caminho percorrido pelas águas, mas em entrevista ao jornal em 1956⁵, o então prefeito de Cabaceiras, Sr José Heráclito do Rego, dá-nos uma noção:

Cabaceiras tem aproximadamente 200 casas que serão cobertas pelas águas, passando sua população para a Vila de Boqueirão, que tomará seu nome e passará a sede do município. (...) Nada menos de 5 mil pessoas serão atingidas pelas desapropriações. É justo que recebam o pagamento que tem direito antes que a represa seja terminada, sob pena de se verem em grandes dificuldades.

A então Vila de Carnoió⁶ passou a receber um enorme afluxo de pessoas, tanto aquelas que procuraram a localidade, atraídas por novas perspectivas de emprego, quanto os proprietários das terras inundadas que tiveram de deslocar-se. Para atender as demandas dos novos grupos e as necessidades da obra, foi erguida uma estrutura de suporte que levou a alterações profundas na paisagem e mudanças substanciais nas formas de trabalho, de moradia e de lazer dos habitantes.

Dois anos após a inauguração do açude, atualmente o segundo maior reservatório de água da Paraíba, a localidade foi elevada à categoria de município com a denominação de Carnoió pela lei estadual nº 2.078 de 24 de abril de 1959, desmembrada de Cabaceiras. Posteriormente, o município de Carnoió passou a denominar-se Boqueirão pela lei estadual nº 2311 de 27 de junho de 1961.

O município de Boqueirão está localizado na Mesorregião da Borborema, Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano. Com uma área de 1.233,8 km², está localizado a 165 km de João Pessoa, capital do Estado, e a 44 km da cidade de Campina Grande. Tem como limites demarcatórios ou fronteiros as cidades de Campina Grande, Caturité, Cabaceiras, Barra de Santana e Riacho de Santo Antônio.

⁴ Jornal A União da Paraíba, jul. de 1952.

⁵ Idem, 1956.

⁶ De acordo com a denominação presente na divisão territorial datada de 1-VII-1950.

Figura 1.



Fonte: Município de Boqueirão no estado da Paraíba. Acervo DNOCS.

As fontes

As fontes de nossa pesquisa para a produção textual desse artigo fazem parte do acervo do Projeto de História Local “Resgate Histórico e Cultural dos Municípios Paraibanos”, que está completando 21 anos de existência⁷. O projeto começou na Secretaria de Planejamento do Estado da Paraíba, passou para o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR/UFPB e atualmente está vinculado ao Programa de Pós Graduação em História - PPGH/UFPB na linha de pesquisa “Ensino de História e Saberes Históricos”. Conta com a participação de professores e estudantes da UFPB em parceria com os profissionais da educação dos municípios envolvidos. O objetivo basilar do projeto é a produção de um material didático sobre a história local, que possa ser utilizado pelos professores da rede pública no ensino, entendido o local como o município, levando em consideração as espacialidades superpostas em relação com diferentes temporalidades e espacialidades (BARBOSA, 2005). Assim, o projeto tem uma importante interface com o ensino (através da cooperação dos professores no trabalho da pesquisa e da sua formação para a

⁷ Ao longo desses anos o projeto já foi realizado nos municípios de Patos, Ingá, Pedras de Fogo, Conde, Cabedelo e Areia, estando em fase de editoração do material didático em Serra Branca. Em outros quatro municípios, por razões diversas, as atividades foram interrompidas, são eles: Guarabira, Píripituba, Princesa Izabel e Boqueirão (este último, objeto do artigo ora apresentado).

utilização do material produzido) e com a extensão (através do envolvimento da comunidade nesse processo).

O município de Boqueirão foi objeto de investigação do Projeto de História Local pela primeira vez em 2004, quando a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Boqueirão entrou em contato com a coordenação do projeto. As pesquisas foram logo interrompidas por problemas institucionais. Retomada em 2008, a pesquisa encontra dificuldades, pelos mesmos motivos. Uma pesquisa demanda formalização e disponibilidade de recursos humanos e matérias para a sua realização, muitas vezes acordada entre as partes (UFPB e municípios), mas nem sempre cumprida a contento⁸.

A etapa inicial da pesquisa para o município de Boqueirão, consistiu no esforço de coleta, sistematização e análise de informações sobre a localidade, o que nos permite a formação de alguns quadros analíticos (sempre parciais) que, contudo, deverão ser reelaborados a partir da possibilidade de acesso a novas fontes e, principalmente, com o início das pesquisas de campo. Os pesquisadores trabalham com diversos tipos de fontes que sejam reveladoras de aspectos da localidade, a saber, fontes bibliográficas, demográficas, imagéticas, judiciais e oficiais, memorialistas e arquitetônicas, entre outras, com respeito às especificidades metodológicas de cada uma.

A utilização da metodologia da história oral é fundamental para garantir a participação da comunidade, a partir do respeito à memória dos diversos grupos, tais como trabalhadores, representantes do poder local, organizações sociais, artistas populares, religiosos, entre outros, de acordo com o posicionamento teórico adotado, mais próximo de uma “história vista de baixo”, sem que se excluam os diferentes grupos sociais. É nesse sentido que a proposta do projeto fundamenta-se no resgate de uma tradição de lembranças (MASTROGREGORI, In. MALERBA, 2006), e que pretende abarcar não apenas as ações de construção de memórias, mas também as do esquecimento, resgatando esse jogo silencioso de conservação e destruição, formadores de uma localidade. Assim, pretende-se construir uma história de como viveram e de como vivem os habitantes do município de Boqueirão.

As fontes coletadas até o momento consistem basicamente em notícias transcritas do jornal A União, seguindo um ritmo cronológico, dos anos 1950 aos anos 1990; documentos oficiais do município; dados estatísticos disponibilizados pelo

⁸ No caso do município de Boqueirão, apesar de sempre se mostrar interessada, a Secretaria de Educação e a Prefeitura, nas duas ocasiões em que se firmou o convênio, impossibilitou a continuidade na sua execução por falta de repasse dos recursos e de condições materiais para o trabalho no município.

DNOCS e pelo IBGE; informações obtidas na pesquisa bibliográfica; alguns trabalhos produzidos por professores da localidade e redações produzidas pelos alunos da rede municipal de ensino. Toda essa documentação fornece apenas fragmentos, pedaços que são unidos na formação de um quadro analítico parcial, mas que permite uma visão coerente, isto é, que nos permita, ainda nessa fase embrionária da pesquisa, contar uma história de Boqueirão, dentre tantas possíveis.

O açude de Boqueirão, uma bacia hidráulica?

A origem do município está associada às marchas para ocupação do interior, as quais tinham como objetivo a posse da terra, o combate às populações indígenas que habitavam a região e a penetração para o interior, sendo, assim, incorporada ao circuito da produção mercantil a partir do século XVII. Foram dessas necessidades que surgiram vários povoados que, mais tarde, a partir do século XIX, seriam alçados a condição de vilas, como foi o caso de Boqueirão. Também conhecida como Vila de Carnoió, a localidade ganhou projeção a partir dos estudos de viabilidade e posterior construção da barragem na região. Assim, o açude de Boqueirão costuma ser representado como símbolo fundante e mantenedor do município.

Figura 2.



Município de Boqueirão – PB. Acervo DNOCS.

Voltemos a dois pontos que merecem ser destacados, a saber: a relação entre seca, a região Nordeste e a atuação do governo federal e o suporte necessário ao processo de modernização de Campina Grande. O município de Boqueirão está

localizado nos Cariris Velhos da Paraíba, regiões naturais do semi-árido no Nordeste, com precipitações anuais entre 500 e 700 mm, distribuídos em três meses do ano. Vale lembrar que o recorte regional ‘Nordeste’ surge entre o final dos anos 1890 e a década de 1930 do século XX, para nomear as regiões do antigo Norte que eram área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS, isto é, áreas de ocorrência de estiagens.

Assim, baseados em uma perspectiva, a obra da construção do açude e a sua ampla aceitação na imprensa do Estado podem ser entendidas em um contexto mais amplo, que nos remete à formulação de políticas públicas de combate às secas pelo governo federal. Embora os auxílios para socorrer as áreas atingidas por estiagens fossem disponibilizados desde o período Imperial, foi a partir da seca de 1887 que pôde ser verificada o surgimento de uma *indústria da seca*. Ela alcançou um alto grau de institucionalização durante o governo Epitácio Pessoa, mas sua atuação perpetua-se até o nosso tempo.

No bojo dessas políticas, a problemática da seca é apresentada sempre em sua dimensão geográfica, como se o principal responsável pelas calamidades verificadas fosse a falta de chuvas. Justifica-se, assim, a construção de açudes e a realização de obras viárias, planejadas de forma a beneficiar principalmente, ou apenas, as camadas mais favorecidas das localidades.

Esse modelo de política de combate as secas parece ganhar um novo fôlego durante o governo de José Américo de Almeida na Paraíba, mas com uma nova orientação. De acordo com o chamado *Esquema José Américo*, as grandes obras de açudagem deviam servir também ao fornecimento de água e de energia de um núcleo urbano com potencial de desenvolvimento, e à implantação de programas de irrigação. Como afirma Lopes de Andrade em artigo intitulado “O Boqueirão e a Civilização Nordestina”⁹:

(...) Na Conferência dos Governadores do Nordeste realizada há três anos em Campina Grande, foi aprovado com gerais aplausos o “esquema José Américo” que implicava no tácito reconhecimento de que não se devia mais construir grandes barragens a não ser que tivesse finalidade múltipla ou pelo menos triplice: a) – abastecimento d’água de um núcleo urbano capaz de desenvolvimento econômico; b) – fornecimento de energia elétrica; c) irrigação de terras marginais ou próximas. Essa nova orientação representa já um passo bem agigantado em face das tateantes primeiras experiências de grande açudagem no Nordeste. (...)

⁹ Jornal A União, 1955.

Nas primeiras décadas do século XX, foi empreendida em Campina Grande uma reforma urbana que tinha como referencial as obras de Pereira Passos no Rio de Janeiro. A cidade ganhou novos equipamentos, tais como abertura e iluminação de avenidas, construção de ambientes de lazer públicos; novas construções segundo o estilo arquitetônico da época; além das preocupações higienistas, ligadas à implantação de um sistema de saneamento básico. A chegada das linhas ferroviárias deu um novo impulso à economia algodoeira, que fez de Campina Grande um dos principais pólos econômicos do Estado. Na década de 50, o governo estadual anunciou sua intenção de integração no desenvolvimento técnico-industrial do Estado, colocando Campina Grande como um dos focos de atuação.

Figura 3.



Barragem Boqueirão de Cabaceiras. Acervo DNOCS.

Assim, a idéia é a de que a construção do açude de Boqueirão não pode ser vista de forma isolada. Uma das possibilidades é situá-la na atuação do governo federal na região, através de órgãos como o IFOCS e sua versão atual, o DNOCS, responsável pela obra. Contudo, essa obra de grande vulto ganha uma nova orientação, o já citado *Esquema José Américo* e que vem atender as necessidades de desenvolvimento

modernizador da cidade de Campina Grande, que se revela o beneficiário principal da obra.

Mesmo antes da inauguração aparecem no jornal notícias denunciando o não-pagamento das indenizações devidas àquelas pessoas que tiveram suas terras desapropriadas. Logo após, as denúncias tratam do abastecimento inadequado da cidade de Campina Grande, e alguns inclusive acenam com a possibilidade de falta de água e colocam em dúvida a capacidade da barragem, que teria sido inaugurada inacabada.

Após a construção da represa, a ação do Estado representado pelo DNOCS consistiu no arrendamento das terras públicas pertencentes a esse Departamento. Os arrendatários foram distribuídos em lotes, às margens do açude no município de Boqueirão. Segundo Givaldo Dantas¹⁰, estabeleceu-se ali um sistema de arrendamento diferenciado através de contratos realizados entre as partes por tempo indeterminado, e por um valor relativamente baixo. Embora a atuação do órgão, já enfraquecido na esfera federal, não tenha conseguido garantir um sistema de produção satisfatório para atender os arrendatários, em sua maioria pequenos produtores, garantiu a sua reprodução enquanto produtor, em função das possíveis estratégias para empreender e obter rendimentos para a subsistência familiar, sem a necessidade de tornar-se assalariado.

Outrossim, a obra teve consequências sociais e econômicas tanto para a população que vive em torno do açude (e para a cidade de forma geral), quanto para aquelas localizadas nos 17 municípios abastecidos por ele, uma vez que apresenta limitações periódicas para atender a demanda de todos. Em importante estudo sobre os conflitos pelo uso da água do açude Eptácio Pessoa, Franklyn Brito, avalia que “(...) a bacia do açude não representa “simplesmente” uma bacia hidráulica, mas, sobretudo uma “**bacia política**” ou um território político da água”¹¹. A principal causa do conflito são os contrapontos entre os interesses dos atores locais e dos atores externos, principalmente a cidade de Campina Grande.

Em meio a esse conflito pela qual passou o açude Eptácio Pessoa entre os anos 1998 e 2008, o Ministério Público impetrou Ação Cautelar que suspendeu os usos múltiplos das águas do açude, limitando-os exclusivamente ao consumo humano e animal. Contudo, tal decisão não afetou a cidade de Campina Grande, que continuou dispondo da água do reservatório para a manutenção de suas atividades econômicas, inclusive as indústrias, que não sofreram restrição. Para Brito, o conflito tem aspecto-

¹⁰ DANTAS, 1993, p. 14.

¹¹ BRITO, 2008, p. 150.

temporal, isto é, restringe-se aos períodos em que o açude não dispõe de água suficiente para atender a todos os interesses simultaneamente. A solução do conflito passa por mudanças na gestão dos recursos hídricos da barragem e por um consumo consciente, que evite o desperdício.

Em telegrama¹² ao governador José Américo de Almeida, o prefeito de Itabaiana antevê um quadro mais dinâmico dos fins a que se destinou a obra:

Logo esteja concluída aquela obra gigantesca, estará a zona do Cariri redimida do flagelo oriundo das secas. Boqueirão não somente proporcionará mais riqueza aos ricos, mas também meios aos pobres. Mais um motivo para os nomes de V. Excia. e do Presidente Vargas ficarem imortalizados no conceito do povo nordestino.

De fato, em torno desses dois homens criou-se um mito. O governador do Estado da Paraíba, à época da construção, José Américo de Almeida, foi Ministro da Viação e Obras Públicas do governo Vargas. Segundo Orris Barbosa, a atuação do governo Vargas através do ministro José Américo foi decisiva para evitar a morte de milhares de nordestinos na seca de 1932, após um longo período de investimentos escassos de combate às secas na região. “Por fim das contas, as obras contra as secas são efetivamente a página humana do outubrismo. Talvez a única”¹³.

Inconclusões

Depois dessa breve viagem por uma história sob tantos aspectos fragmentada, alguns elementos podem ser apontados. Dispor-se a fazer uma investigação histórica sobre um município implica, em larga medida, fazer do objeto de estudo a própria fonte de pesquisa. Para além das paisagens e edificações, as pessoas representam agentes importantes para a (re) construção de um passado. Olhando-se por esse lado, e levando-se em conta o recorte temporal proposto (lá se vão pelo menos 51 anos de história) não deveríamos nos preocupar com a falta de fontes, pelo contrário!

No entanto, os desafios não são poucos, embora válidos. A distância, não apenas geográfica, em relação ao município, impõe a disponibilidade de recursos para a realização da coleta de dados na localidade, o envolvimento da comunidade, a realização das entrevistas, enfim, para que uma importante etapa possa ser vivenciada e

¹² Jornal A União, 1953.

¹³ BARBOSA, 1993, p. 96.

cumprida. O resgate da dimensão do cotidiano possibilita o desenvolvimento de atitudes de valorização e respeito em relação àquilo que constitui a identidade local. Não podendo ainda realizá-la, contudo, temos a possibilidade de compreender o imaginário político da época impresso nas páginas dos jornais, por exemplo.

No caso de Boqueirão, o açude aparece como símbolo e necessidade real, isto é, diz respeito tanto ao imaginário popular que o tem como um divisor de águas para a localidade; como representa o meio, direto ou indireto, de subsistência de parte considerável da população do município. Inserida em quadros parciais de análise, contudo um pouco mais amplos, verifica-se que a construção do açude veio a atender vários interesses políticos, privilegiando atores externos à localidade. Entendemos que a construção do açude de Boqueirão pode ser compreendida como parte de um esforço maior e mais antigo de institucionalização de medidas de combate as estiagens na região Nordeste, mas sob uma nova roupagem.

Se, por um lado, o açude trouxe benefícios importantes para a população, como no caso dos arrendatários que passaram a ter direitos sobre a sua mão-de-obra, por exemplo; por outro, é também fonte geradora de tensões entre os interesses internos, da localidade, e os externos, notadamente a cidade de Campina Grande. Podemos considerar que não foi à toa que o açude recebeu o nome em homenagem a Eptácio Pessoa. E podemos observar com certo interesse a presença de Juscelino em sua inauguração, contribuindo para a consideração e preservação do açude como um monumento, e repleto de mitos! Mas aí já podemos entrar em outra discussão...

Referências:

Bibliográficas

ARANHA, Gervásio. “Seduções do Moderno na Parahyba do Norte: Trem de Ferro, Luz Elétrica e Outras Conquistas Materiais e Simbólicas (1880-1925)”. In: Ó ALARCON AGRA, et al. *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural*. João Pessoa: Idéia, 2003.

BARBOSA, Orris. *Secca de 32 – Impressões sobre a Crise Nordestina*. 2ª ed. Mossoró: Coleção Mossoroense, 1998.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. *Contribuições para pensar, fazer e ensinar a história local*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BRITO, Franklyn Barbosa de. *O conflito pelo uso da água do açude Eptácio Pessoa (Boqueirão) - PB*. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

DANTAS, Givaldo Hipólito. *Sistema de Produção e Estratégias de Sobrevivência dos Arrendatários do DNOCS no açude de Boqueirão – PB*. 1993. Dissertação (Mestrado em Economia) - Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Raízes da Indústria da Seca: o caso da Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 1993.

LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. p. 133-162.

MASTROGREGORI, Massimo. “Historiografia e tradição das lembranças”. In: MALERBA, J. (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 65-93.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional*. São Paulo: Moderna, 1984.

Internet:

Nova Delimitação do Semi-árido Brasileiro. Disponível em: www.integracao.gov.br. Acesso em: 11 jun. 2010.

Boqueirão. *IBGE Cidades*. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 08 jun. 2010.

Documentos:

Jornal *A União*. 1950-2000. Arquivo do IHGP.

Censo Demográfico de 1950 – Estado da Paraíba. VI Recenseamento Geral do Brasil. Arquivo do IBGE.

Censo Demográfico de 1950 – Rio Grande do Norte - Paraíba. VII Recenseamento Geral do Brasil. Arquivo do IBGE.